

Boletim de Pastoral Litúrgica

SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA

9

ABRIL – MAIO – JUNHO DE 1978

BOLETIM DE PASTORAL LITÚRGICA

Publicação trimestral do Secretariado Nacional de Liturgia

Propriedade da Conferência Episcopal Portuguesa

Director: ANÍBAL RAMOS

Redactor: JOSÉ FERREIRA

Administração: Seminário de Aveiro

Telef.: 034-22172

Condições de assinatura anual:

Via Normal

Continente, Ilhas e Espanha ... 100\$00

Outros países ... 150\$00

Via Aérea:

Estrangeiro ... 200\$00

Número avulso ... 25\$00

9

Abril — Maio — Junho de 1978

Apresentação

O uso dos instrumentos na celebração eucarística — *P. Ferreira dos Santos*

A «Instrução Geral do Missal Romano» — *P. Rocha*

Para a Solenidade da Assunção da Virgem Santa Maria: Salmo responsorial, Hino, Antífona e Magnificat — *M. Luís*

Nota Pastoral sobre a Sagrada Comunhão e culto do Mistério Eucarístico fora da Missa.

NOTICIÁRIO

IV Encontro Europeu de Liturgia

IV Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica

Encontros Diocesanos

Novas Orações Eucarísticas

Composto e impresso na Gráfica de Coimbra

Está às portas o IV Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica (18 a 22 de Setembro p. f.) e ainda neste número 9 aparecem ecos do Encontro do ano anterior. Como estava prometido! É assim que, a completar os trabalhos apresentados nesse Encontro e publicados no número anterior (7-8), se publica neste o trabalho do Dr. António Ferreira dos Santos O uso dos instrumentos nos na celebração eucarística. Contribuição oportuníssima nestes tempos em que temos assistido à passagem de uma liturgia silenciosa, porque não participada, para uma forma, dita de participação activa mas nem sempre o é, e que, muitas vezes, não vai além de ruidosa. A música, quer sob a forma de canto quer sob outras formas, tem merecido larga atenção nos nossos Encontros de Setembro, e esperamos que possa continuar a merecê-la. Tem sido uma maneira de fazer a catequese necessária da música na liturgia, ao que parece com resultados apreciáveis.

O Dr. Pedro Rocha S. J. incia hoje o Comentário à Instrução Geral do Missal Romano. De todos os livros litúrgicos, reformados depois do Concílio, o Missal é, sem dúvida, o mais importante e é um verdadeiro monumento. Espera-se a edição portuguesa completa dentro de algum tempo. Dos textos que são ditos ou cantados nas celebrações, a maior parte está já editada, embora em traduções provisórias, algumas até bastante deficientes. Tudo está em revisão. Mas do que não existe nenhuma tradução oficial é da Instrução Geral,

ou seja, a Introdução a todo o Missal. E ela é fundamental, porque é aí que se vai encontrar a exposição completa sobre a celebração da Missa, o sentido de cada uma das suas partes e a maneira de as realizar, a organização da assembleia, etc.. Conhecer a Instrução Geral do Missal Romano é dominar o melhor compêndio sobre a celebração da Missa. O comentário hoje iniciado terá continuação nos números seguintes.

A solenidade da Assunção de Nossa Senhora, no dia 15 de Agosto, justifica que se insiram neste número tres cânticos da mesma solenidade, da autoria do Dr. Manuel Luís. São eles: — a) o salmo responsorial da Missa do Dia; — b) a antífona: Como é bela, que, na Liturgia das Horas serve de antífona do Benedictus, em Laudes, mas que aqui acompanha o Magnificat, por se afigurar mais útil; — c) o Hino: A Virgem Maria, que pode ser utilizado em qualquer circunstância julgada oportuna.

O Ritual da Sagrada Comunhão e Culto do Mistério Eucarístico fora da Missa é apresentado numa Nota da Comissão Episcopal; assim se pretende apreciar mais este Ritual. Na sua aparente simplicidade, vem ao encontro de uma necessidade profunda de vida da comunidade cristã.

Um Noticiário vasto ajuda a sentir o carácter do Boletim do presente número.

O USO DOS INSTRUMENTOS NA CELEBRAÇÃO EUCARÍSTICA

Constatamos a existência dum certo marasmo, por esse país fora, em matéria de instrumentos musicais para a liturgia.

Antes da reforma do Concílio Vaticano II, havia um certo número de instrumentos que, em solo ou em conjunto, contribuíam para a liturgia solene ou solenizada da Igreja. Depois da reforma, com a introdução do vernáculo na liturgia e com a preocupação de garantir, nas celebrações, a participação «plena, activa e consciente» do povo, alguns abusos se têm cometido, sintomas, às vezes de mau gosto e de incultura. Um deles tem sido o da entrada franca de instrumentos nas acções cultuais da Igreja: enquanto se adquirem para a liturgia aparelhagens electrónicas caras (com guitarras, baterias e órgãos) continua, frequentemente, a cair aos pedaços o nobre órgão de tubos, sinal dum tempo mais responsável do que aquele em que vivemos. E ninguém tem sentido a necessidade de pronunciar uma palavra orientadora...

As consequências estão à vista:

a) Há uma enorme confusão sobre quais serão os instrumentos próprios da liturgia: haverá instrumentos profanos e sagrados?

b) Os instrumentos modernos, sobretudo órgãos, são bastante acessíveis. Trazem ritmos e acompanhamentos pré-seleccionados. Não é preciso saber muito para fazer espectáculo. Conclusão: a preparação dos instrumentistas degrada-se.

c) Pela razão da alínea anterior, vão ser preferidos para a liturgia os cânticos que melhor se adaptem a esses instrumentos. Ficará logo em destaque a Música de consumo que terá toda a facilidade em entrar na liturgia.

d) Como os novos instrumentos são atraentes e acessíveis, é frequente haver pessoas sem fé fazendo parte dum grupo que actua na liturgia.

Etc. ... Etc. ...

Eis um assunto que não pode ser enfrentado com leviandade. Vou dar algumas achegas para o enquadramento razoável da questão.

Falarei em primeiro lugar e sumariamente da relação do homem com os instrumentos musicais, depois da atitude da Igreja perante os instrumentos e, finalmente, apresentarei algumas perspectivas pastorais.

I — Relação Homem-instrumentos musicais

Uma das realidades impressionantes e uma das experiências mais profundas do homem é o facto de ele ter uma consciência sonora e musical: ele é capaz de se descobrir como um grande instrumento musical.

Experimentando que é dotado duma voz, pronuncia sons graves, sons agudos, alegres, tristes, serenos ou impulsivos. Canta. Estimulado pelos ritmos da vida (nascimento, adolescência, maturidade e morte), do seu corpo (bater do coração, circulação do sangue, ritmo da nutrição), provocado pelos ritmos misteriosos do planeta e dos astros, salta, grita, canta e chora, bate palmas ou pés, dança, etc.. Ele descobre, depois, que a sua voz se pode juntar a outras vozes (vozes dos dois sexos) e experimentar os fenómenos da harmonia e da polifonia.

Em tudo isto, o homem reconhece-se *fonte de Música, possibilidade musical*.

Consciente, entretanto, dos seus limites, recorre à matéria (quanto possível a coisas ligadas a seres vivos, animais ou plantas, como peles, caveiras, pêlos, vísceras, canas, etc.) e transforma-a em variadíssimos instrumentos musicais, rítmicos, melódicos e harmónicos, como prolongamento expressivo de si mesmo.

Os instrumentos rítmicos vão ser os primeiros a serem inventados pois ele verifica que a sua voz e o seu corpo não são capazes de expressões rítmicas muito variadas e completas. Os instrumentos rítmicos aparecem como projecção plenizante da motricidade humana.

Os instrumentos melódicos e harmónicos aparecem como hipótese de imitação, aprofundamento e ampliação da capacidade vocal através da qual se exprimem a afectividade e a intelectualidade humanas.

As vozes dos animais, o gorjeio dos passarinhos, os sons da natureza provocam o homem a que invente instrumentos capazes de os traduzir. Assim os conjuntos instrumentais e vocais serão a expressão de toda a vida criada.

A propósito dos grandes acontecimentos da vida em geral, da sua própria vida ou da vida do grupo, o homem vai recorrer a esses conjuntos musicais. Vai associá-los às vivências essenciais da sua história, chega mesmo a fazer deles *mitos* e neles encontra o processo mais adequado para se relacionar com os deuses e mesmo com Deus.

A relação misteriosa do homem com os instrumentos musicais é facilmente verificável por todo aquele que conheça alguma coisa de mitologia ou de história.

II — A atitude da Igreja perante os instrumentos

Se analisarmos desapassionadamente a legislação da Igreja sobre os instrumentos, à luz dos últimos documentos sobre o assunto, apoderar-se-á, certamente, de nós uma impressão de falta de clareza, mesmo de imprecisão, em vários documentos oficiais do passado. Não se pode negar que neles haja uma certa coerência de pensamento; mas os argumentos que fundamentam proibições ou permissões de instrumentos na liturgia são, frequentemente, heterogêneos. Algumas razões podem ajudar a compreender tal constatação.

a) A música instrumental não é um elemento indispensável na celebração litúrgica. A expressão ampla da palavra garante-se muito bem através da música vocal.

b) A Igreja foi legislando sobre os instrumentos, mais a partir do contexto social em que eles eram usados, do que pela sua sonoridade objectiva e sua relação essencial com a musicalidade do homem. Por exemplo: se os instrumentos são usados em festas pagãs, é natural que, por possuírem essa conotação, não possam entrar no âmbito da liturgia.

c) A compreensão da função ministerial da Música na liturgia tem sido bastante lenta, embora progressiva.

Vamos, pois, seguir, o curso da legislação fundamental da Igreja sobre o uso dos instrumentos na liturgia, através dos séculos. Antes, porém, um olhar rápido sobre os instrumentos na Bíblia.

No Antigo Testamento há muitas referências aos instrumentos musicais; é mesmo possível fazer uma certa sistematização do seu uso e finalidades.

Havia, em primeiro lugar, os chamados instrumentos sacerdotais: trombetas e trompetes. De origem guerreira, eles acompanhavam

os sacrifícios e os ritos cultuais mais solenes. Não tinham relação com a Palavra. Constituíam um sinal sagrado.

Havia uma segunda categoria de instrumentos, reservada aos levitas: as harpas e as liras. Serviam para acompanhar os cantos litúrgicos. Reforçavam e sustentavam a Palavra lírica. Os que os executavam chamavam-se profetas (I Cronistas, 25).

Uma terceira categoria incluía os instrumentos de percussão: tamborins, tímpanos e sistros. Eram instrumentos de acompanhamento do canto.

As flautas e os oboés, considerados instrumentos profanos, eram usados nas actividades próprias da vida social ou familiar: nos casamentos e nos funerais, por exemplo.

A consagração do culto sinagoga — uma espécie de liturgia da Palavra — vai pôr de lado alguns instrumentos (os instrumentos sacerdotais e levíticos continuam com o seu lugar adquirido) para dar mais relevo à música vocal que, entretanto, a civilização grega denodadamente promovia.

A tradição do culto sinagoga, o primado da Palavra no Novo Testamento, a importância da Música vocal, a apropriação dos instrumentos para fins chamados profanos (como adiante melhor se dirá), tudo isso concorrerá para que a Música litúrgica da Igreja primitiva apareça sob a forma de canto.

É interessante deixar dito que, no Novo Testamento, as referências aos instrumentos musicais são numerosas.

«Os quatro animais e os vinte e quatro anciãos prostraram-se diante do Cordeiro, tendo cada um cítaras ... e cantavam um cântico novo» (Ap V, 5, e 9).

«Os que venceram a besta estavam sobre o mar de vidro, tendo harpas divinas e cantavam o cântico do Servo de Deus Moisés e o cântico do Cordeiro» (Ap XV, 2 e 3).

«E mandará seus anjos com trombetas e com voz potente juntarão os seus escolhidos» (Mat XXIV, 31).

«Porque o mesmo Senhor, à voz do anjo e ao som da trombeta de Deus descerá do Céu, e os que morreram ressuscitarão em Cristo» (1 Tess IV, 16).

Etc. ...

Quando tratamos do problema dos instrumentos na vida litúrgica da primitiva Igreja, não podemos deixar de considerar muito seriamente a experiência histórica da perseguição e martírio dos primeiros cristãos. As festas pagãs, no circo, durante as quais os cristãos de então testemunhavam inequivocamente a sua fé, não dispensavam uma multi-

plicidade de instrumentos. Eles ficaram mesmo associados a essas traumatizantes provas. Então os responsáveis das igrejas, sobretudo os Santos Padres por palavras e pelos escritos vão pronunciar-se contra os instrumentos na liturgia: as flautas e os oboés são eróticos; as trompetes incitam à guerra; o órgão é próprio dos histriões; a lira (antepassada da nossa viola clássica) poderia continuar a acompanhar o canto litúrgico.

Os Santos Padres procuravam, ainda assim, catequizar os cristãos a partir dos instrumentos musicais: a verdadeira cítara é Cristo, os seus membros são as cordas e a verdadeira orquestra é a Igreja.

Temos de reconhecer, entretanto, que os instrumentos foram frequentemente usados e que eram do gosto dos primeiros cristãos. Com efeito, são numerosíssimas as referências dos Santos Padres aos instrumentos na liturgia. A literatura, a pintura e a escultura dos primeiros séculos permitem-nos concluir a mesma coisa: ninguém pôde impedir que os pintores, escultores e vidraceiros colocassem nas mãos dos anjos, dos santos e profetas, as violas, as harpas, as cítaras, os tímpanos, as rabecas, os alaúdes, as trombetas, as flautas, os órgãos portáteis, etc..

Mais. Foi a técnica dos citaredos greco-romanos que criou o equilíbrio dos modos estilizados pelo canto litúrgico: quatro autênticos e quatro plagais.

Apesar de tudo, a reserva da Igreja perante os instrumentos continuou pelos séculos. É que, para além daquela fortíssima conotação de tipo sociológico (os instrumentos estavam relacionados com contextos que a Igreja tinha de condenar), uma esplendorosa música vocal e coral crescia e dava frutos riquíssimos, sem ter de recorrer aos instrumentos.

É interessante lembrar o que se passou com o órgão, considerado hoje como o instrumento da Igreja, por excelência. Embora o seu uso tenha sido permitido pelo Concílio de Milão (316), só no século XIV é que ele é aceite universalmente. Mesmo assim, os Padres do Concílio de Trento, que proibiram o uso dos instrumentos na liturgia, permitiram-no sob a condição de ele não ostentar jogos lascivos e impúdicos. E na capela Sistina continuou a não ter entrada...

Bento XIV, na Encíclica «Annus qui» (1749), toma uma posição mais equilibrada. Recusa as posições extremas. Pensa que é de reprovar apenas os abusos. Os instrumentos (órgãos, cordas e flauta) devem reforçar a palavra cantada, evitando o género teatral. Os instrumentos deverão, no entanto, ser afastados, se encobrirem ou abafarem a palavra ou as vozes.

Parece que estas sábias orientações não obtiveram grande resultado.

Foi preciso chegar ao princípio do nosso século para que o assunto dos instrumentos fosse enfrentado mais a sério.

De Pio X a Pio XII houve uma certa evolução do mais restritivo para uma razoável abertura. Assim, o órgão que, no século XIX, era o instrumento normal de acompanhamento do canto litúrgico é então permitido sob certas condições. Os outros instrumentos (cordas e flautas) serão tolerados mas sempre com licença do Ordinário. Parece que estas normas de Pio X foram desigualmente aplicadas. Pio XI terá de insistir no mesmo sentido: o canto com acompanhamento de instrumentos não é de forma nenhuma o ideal da música da Igreja, nem o que melhor convém aos ritos sagrados. Mais do que os instrumentos, é a voz que deve ouvir-se nos edifícios sagrados, pois nenhum instrumento, por mais perfeito que seja, se pode comparar à voz humana, em expressão de sentimentos espirituais (*Divini cultus sanctitatem*).

Pio XII abrirá expressamente as portas do templo aos instrumentos de cordas, pois eles, como a voz humana, têm um poder misterioso para traduzirem as «emoções tristes ou alegres da alma» (*Musicae Sacrae Disciplina*). Segundo aquele grande Papa, o uso dos instrumentos pode concorrer fortemente para a solenidade das cerimónias litúrgicas. Na Encíclica *Musicae Sacrae Disciplina* e na Instrução sobre a Música Sacra de 1958 aparecem palavras como «splendor» (oito vezes), «magnificentia» (duas vezes), «decus» (três vezes), «decorare» (duas vezes), «exornare» (duas vezes), ficando assim bem claro que as cerimónias litúrgicas devem ser solenes.

No que diz respeito à música, os critérios da solenidade ou de carácter festivo das cerimónias, sobre os quais assentam os principais documentos da Igreja, de 1900 a 1960, parecem ignorar a ligação intrínseca entre música e liturgia, entre música e instrumentos e, numa certa medida, entre palavra e rito.

A música não pode estar na liturgia para provocar sobretudo um ambiente religioso ou misterioso. Isso faria perder de vista e abafaria mesmo a realidade e a vitalidade da acção litúrgica. A música não pode transformar-se numa espécie de meio psicológico acessório (quase narcótico), para garantir experiências estéticas ou romântico-sentimentais.

É que a verdadeira solenidade duma acção litúrgica não depende tanto de uma forma rebuscada de canto ou de um desenrolar magnífico das cerimónias, quanto daquela celebração digna e religiosa que tem em conta a integridade da própria acção litúrgica (*Musicam Sacram*, 11). «A acção litúrgica adquire uma forma mais nobre, quando se realiza com canto: cada um dos ministros desempenha a sua função própria

e o povo nela participa» (M. S., 5). Perante isto, parece que a concepção de solenidade, tal qual nos aparece nos documentos pré-conciliares, ao justificar a presença dos instrumentos musicais na liturgia, assenta numa razão estranha à essência da própria celebração.

A Instrução «Musicam Sacram» é o primeiro documento da Igreja que considera expressamente os instrumentos do ponto de vista da função ministerial da Música na liturgia. Este facto — é preciso sublinhá-lo bem — marca um avanço radical relativamente a todos os argumentos anteriores de permissão ou de proibição dos instrumentos nas acções litúrgicas.

Assim, a questão dos instrumentos que podem interessar à liturgia não pode ser resolvida, em princípio, a partir das características ou da história do instrumento, mas formalmente em função da acção litúrgica como tal.

Depois de lermos os capítulos 62 a 67 da Instrução Musicam Sacram é-nos lícito fazer as seguintes considerações:

1) Todo o instrumento é apto para o culto, desde que ele possa satisfazer as exigências próprias da liturgia. Se as formas de uso de alguns instrumentos estão demasiado associados a contextos incompatíveis com o culto, são o compositor e o executante (ambos devem ser peritos em liturgia e música sacra) que devem encontrar novas sonoridades e novas formas de uso dos instrumentos. Se, apesar de tudo, algum instrumento não conseguir ultrapassar uma determinada conotação, então ter-se-á de esperar que a evolução do gosto ou dos costumes (a questão pode até ser local) façam desaparecer tal obstáculo.

2) A escolha dos instrumentos depende das exigências rituais da liturgia. É significativo que os critérios da beleza, de esplendor e de magnificência no culto passem para segundo lugar.

3) Os instrumentos têm a função de sustentar, de guiar o canto. Quando, noutros tempos, a justificação do acompanhamento era embelezar e ornar a voz na sua dignidade com belas melodias, era natural que o tempo penitencial fosse marcado pela ausência dos instrumentos. Agora, mesmo durante o Tríduo Sagrado, o acompanhamento do canto é possível.

4) A unidade e a participação da assembleia é fortemente ajudada pelo acompanhamento dos instrumentos. É interessante verificar que, pela primeira vez, um documento se refira ao significado eclesial do emprego e uso dos instrumentos.

5) Para que os instrumentos se ponham ao serviço da Palavra e do Rito é necessário que apresentem toda a sua força emotiva, ilus-

trativa e espiritual, a partir do texto ou do rito, com uma linguagem que se ajuste à capacidade média da assembleia, com um sentido de adaptação a cada uma das partes da acção litúrgica (assim, os instrumentos que convêm a um canto de entrada podem não convir a um Salmo Responsorial), com um conhecimento fundamentado e sério da arte da improvisação que facilitará a aproximação da linguagem musical com os diversos momentos da celebração.

Perspectivas pastorais

Chegamos à segunda parte desta palestra. Pensamos que se torna necessário orientar o nosso comportamento relativamente ao uso dos instrumentos na celebração eucarística.

Vamos apontar algumas coordenadas fundamentais, a partir daquilo que dissemos e da experiência que vamos tendo no Serviço da Música Litúrgica.

A) Os instrumentos

I — Os instrumentos são necessários à expressão musical humana. O homem, exprimindo-se musicalmente, não vive sem inventar instrumentos, sem recorrer a eles e sem desenvolver a sua capacidade musical também a partir deles. Há entre o homem e os instrumentos musicais uma relação de plenitude. Por isso, a Música vocal, embora seja a música primeira, original e fundamental, exige naturalmente a Música instrumental, em graus diferenciados, conforme as diferentes situações.

II — Não existem, «a priori», instrumentos impróprios da liturgia. A Igreja quando aconselhou ou proibiu instrumentos fê-lo pela sua conotação sociológica ou por emissões não conformes à celebração litúrgica e não pelas sonoridades em si mesmas consideradas.

III — Seguindo o dinamismo próprio duma participação plena, activa e consciente, pensamos que é preciso recuperar e libertar alguns instrumentos, ainda fortemente atingidos por conotações diversas, com as seguintes condições:

a) Que os compositores e executantes sejam profundos conhecedores dos instrumentos, de Música e da liturgia.

b) Que a sensibilidade da assembleia não seja ferida pela apresentação de instrumentos, sem uma preparação histórica, psicológica, clara, simples e convincente.

IV — Não podem ser esquecidos alguns dados fundamentais da história e da cultura. Neste século XX já podemos arriscar um juízo sobre a vocação musical estrutural dos vários continentes. A Europa tem fundamentalmente uma vocação harmónica, assim como a Ásia tem uma vocação melódica e a África uma vocação rítmica. A América fez um caminho derivado, devido à influência europeia e africana. Por isso, na Europa hão-de predominar instrumentos polifónicos ou conjuntos instrumentais polifónicos. A Música rítmica não tem encaixe natural na Europa. Nem os meios de comunicação social modificarão, em pouco tempo, aquilo que é estruturalmente europeu e conseguido em muitos séculos.

Não quer dizer que alguns elementos da Música rítmica ou jazzística não possam ou mesmo não devam, em certas condições, ser integrados na cultura musical europeia.

B) *Mas então como se deve fazer concretamente?
Que instrumentos se podem usar na celebração eucarística?*

É um risco tentar apresentar soluções demasiado concretas sobre este assunto.

Sem presunção e com a consciência de que não serei completo, vou propor alguma coisa:

1) Perguntemos antes de mais: Quais são as pessoas que celebram? Jovens, crianças, pessoas de idade, intelectuais, lavradores perdidos na serra? Então que seja respeitada a sua sensibilidade perante determinados instrumentos. Que a aceitação destes por aqueles signifique sempre uma atitude positiva, nunca suposta.

Não se desleixem da sua responsabilidade os educadores da fé. Introduzir ou excluir instrumentos no culto pode ser indiferente, mas indiferente não será a filosofia que se oculta por detrás dessas decisões.

Que nenhum instrumento seja considerado por alguém como realidade absoluta. Que haja preocupação, neste particular, por uma pastoral regional concertada, para que as comunidades não se entremochem. A unidade da Igreja manifesta-se também na unidade de culto de que é expressão suprema a Eucaristia.

2) Temos de saber se os instrumentos existentes têm hipóteses, como sonoridade, de servir a palavra e o rito. Arriscamos, por isso, uma pequena apreciação dos instrumentos mais importantes. Não falo no órgão.

a) A viola clássica tem uma sonoridade penetrante, discreta e contida; não doce nem acre, mas objectiva. É interiorizante em arpejo ou acorde, quando acompanha recitativos ou mesmos melodias; é dinâmica, se toca ritmo. Pode considerar-se, por isso também, instrumento de percussão. É um instrumento de aprendizagem acessível, especialmente caro à gente jovem, tem uma conotação sociológica muito interessante e dispõe dum leque vasto de formas de emissão.

b) O quarteto de metais (duas trompetes e dois trombones) é uma possibilidade a explorar. Com frequência se assemelha a um órgão. O trombone, de timbre majestoso, tem uma capacidade ampla de expressão: possui uma sonoridade quente, interior, mas é também capaz de exprimir alegria esfuziante.

A trompete, com meia dúzia de notas, aviva os sentimentos de festa, de determinação por uma caminhada. É uma chamada que faz vibrar. É penetrante, exultativa, adamativa.

c) As intervenções da trompete estão normalmente ligadas, mesmo na orquestra clássica, aos instrumentos de percussão fundamentais: os tímpanos. A sua sonoridade, cava, misteriosa e decidida, a sua alta dinamogenia conseguem mover a pessoa humana.

d) A flauta, refiro-me sobretudo à flauta de bisel, tem uma sonoridade natural, simples e desprestenciosa, podíamos dizer, mística. Tem capacidade para levar à meditação e interiorização. É de aprendizagem acessível e ao gosto de muitos jovens. É utilizada na educação musical. As flautas elaboradas poderiam ter lugar em conjuntos instrumentais maiores.

e) A família dos violinos traz alguns problemas. Têm uma sonoridade muito delicada que nos projecta facilmente para o reino da estética. São de tipo solístico e, por isso, chamam a atenção para si próprios, destinando-se mais a ser ouvidos.

Não nos poderíamos referir a todos os instrumentos. Falamos dos mais importantes.

C) *Uso dos instrumentos nos diversos momentos da celebração*

Mas como deverão usar-se esses instrumentos nos diversos momentos, nas diferentes situações rituais da celebração eucarística? A pergunta é muito pertinente. Até na música ligeira essa preocupação existe. Por exemplo: a canção napolitana exige o mandolim, a andaluz a guitarra espanhola, um canto que se inspire no «jazz» terá necessidade de instrumentos rítmicos, se se inspira na música «beat» precisa duma «guitarra eléctrica».

Se assim é com a música ligeira, que dizer acerca do emprego de instrumentos com referência às diversas formas musicais e às diversas situações rituais da Eucaristia: hino, aclamação, cantilação-proclamação ou simples cantilação e ladaínhas?

Para que nos entendamos, proporei o seguinte esquema:

— Situação de Hino:

- 1 — Cantos processionais de entrada, ofertório e comunhão;
- 2 — Canto final;
- 3 — Canto de acção de graças;
- 4 — Profissão de Fé;
- 5 — Canto do Glória;
- 6 — Canto da Fracção do Pão.

— Situação de Aclamação

- 1 — Aclamação do Amen no final da Anáfora;
- 2 — Aclamação ao Evangelho.

— Situação de Aclamação-Hino:

- 1 — Santo;
- 2 — Aclamação à Eucaristia.

— Situação de Cantilação:

- 1 — Canto da Anáfora;
- 2 — Orações presidenciais;
- 3 — Diálogos.

— Situação da Cantilação-Proclamação:

- 1 — Salmo Responsorial.

Tendo como assente que o órgão é um instrumentos normal de acompanhamento, nunca me referirei expressamente a ele, mas dá-lo-ei sempre como suposto, desde que fale em instrumentos de acompanhamento.

Referir-me-ei também, neste momento, às grandes assembleias (e não às pequenas assembleias).

— O Hino é uma expressão global duma série de elementos, em relação de síntese entre si. Esses elementos são: um texto sobre verdades da fé, uma melodia formando com ele uma unidade única, o acompanhamento judicioso de instrumentos e uma interpretação objectiva. Os instrumentos deverão ser preferentemente polifónicos ou capazes de harmonia. Seguirão com a maior fidelidade a melodia (ou as melodias, se o hino for a vozes). Os instrumentos de percussão poderão ter uma presença cautelosa, nunca contínua, sublinhando apenas cadências ou palavras importantes.

É evidente que se poderá dar uma importância especial a um determinado instrumento em dias de festa, considerados maiores (Páscoa Pentecostes, Natal). No tocante a instrumentos, o seu uso poderá ser mais abundante e sua orquestração mais rica, de preferência por esta ordem: canto de entrada, canto final, canto do ofertório, canto do glória, canto da comunhão, canto da fracção, acção de graças e profissão de fé.

— A Aclamação é uma expressão vocal densa e intensa, directa e relativamente concisa. Nela o mais importante não é o conteúdo lógico ou nocional do texto mas o seu conteúdo simbólico e emocional. Nesta situação ritual, o contributo simbólico dos instrumentos pode ser justamente explorado: os rufos dos tímpanos, as chamadas da trompete, as acentuações psicológicas e rítmicas das violas. Os instrumentos catalizam o entusiasmo da assembleia, elemento essencial de aclamação. Este aspecto antropológico não deve ser descurado nem encoberto na aclamação.

Também nas aclamações poderá e deverá haver uma certa diferença.

O Santo é decerto a aclamação por excelência, na qual tímpanos, címbalos e trombetas podem soar. Seguem-se-lhe, por ordem de importância, o Amen da Anáfora, a aclamação à Eucaristia e a aclamação ao Evangelho.

— A cantilação-proclamação é uma forma de expressão vocal e lírica, na qual a Palavra terá de aparecer com toda a sua objectividade, isto é, com os seus acentos rítmicos gramaticais e emocionais. Um tamborim ou uma viola clássica que sublinhem (não se trata de acompanhamento), de forma equilibrada, esses acentos, podem recomendar-se altamente. A comunicação, como acontecimento, fica muito favorecida, não só na compreensão intelectual, como na interiorização provocadora de autênticas reacções pascais. Não devem usar-se, por isso, outros

instrumentos, pois desequilibrariam a função. O Salmo Responsorial é a ocasião única desta forma.

— A cantilação propriamente dita não deve ter acompanhamento de instrumentos. As orações presidenciais, orações dirigidas pelo sacerdote ao Pai, por Jesus Cristo, não precisam de recorrer aos instrumentos.

— A Meditação (que se faz normalmente pelo silêncio) significa interiorização das diversas etapas da celebração eucarística. Os instrumentos, sobretudo órgão, flauta ou viola clássica podem improvisar (mas nunca executar peças de autores consagrados), a partir dum cântico importante que tenha sido executado no decorrer da celebração e que possa coerentemente pôr-se em relação com o momento.

D) Para além do que acabo de dizer gostaria de acrescentar ainda:

1 — A intervenção musical-instrumental pode ter efeitos como este: se a música é de tipo clássico, será de esperar que na assembleia se reforce o sentido de pertença sócio-religiosa, com acento na serenidade, na paz; se a música é de tipo mais inovador (recorrendo a instrumentos rítmicos, a timbres psicologicamente mais fortes), pode provocar-se na assembleia dinamismos referidos a símbolos cristãos (novidade do Espírito, esperança, anti-imobilismo, abertura escatológica, etc...).

Diga-se que numa celebração eucarística as duas perspectivas podem ser sabiamente concertadas e que, no conjunto das Missas numa paróquia, essas perspectivas também devem ser sabiamente respeitadas, a partir sobretudo das pessoas que integram as respectivas assembleias: idade, cultura, nível social, meio urbano, industrial ou rural, etc..

2 — Não falei de instrumentos electrónicos, não porque desconheça que eles habitam já uma grande parte das nossas igrejas. Uma coisa se tem de dizer: muitos dos instrumentos electrónicos que servem as nossas liturgias, são deficientes como capacidade litúrgica. A sua sonoridade com frequência não serve. Os processos mecânicos de muitos podem facilmente impedir a natural participação da assembleia. É uma tristeza verificar que muitas igrejas, com órgãos de tubos estragados, deixem de os arranjar e comprem órgãos electrónicos, que serão um encargo económico e que não têm condições ideais para a liturgia.

Tudo o que eu disse relativamente aos instrumentos em geral é válido para os instrumentos electrónicos que tiverem de continuar a ser usados na liturgia.

3 — Os instrumentos devem ocupar um lugar discreto, conforme a arquitectura da igreja e a sensibilidade dos fiéis. Aqueles nunca poderão distrair, darão sempre testemunho da sua função de serviço.

Terminei. E terminei com a consciência de que levantei alguns problemas. Um certo sofrimento me invade, entretanto: estes problemas musicais focados continuam a ser enfrentados muito ocasionalmente.

Quando serão eles expressamente estudados pelas pessoas que estão à frente dos serviços de música litúrgica diocesanos, paroquiais, de comunidades religiosas, de grupos?

Onde estão as escolas de música litúrgica nas quais as pessoas interessadas se possam preparar?

As escolas são a forma eficaz de romper o marasmo em que se encontra a música litúrgica no nosso país.

P. FERREIRA DOS SANTOS

BIBLIOGRAFIA

- La Tache Musicale des Acteurs de la Célébration*, Editions Fleurus, Paris, 1968.
Musik und Kirche, Ludwig Prautzsch, 1974 (Setembro-Outubro) Kassel
Franz Krieg, Katholische Kirchenmusik, Verlag Arthur Niggli, Viena, 1964.
Hans Musch, Musik im Gottesdienst, Gusatv Bosse Verlag, Regensburg, 1975.
História da Música, Emile Vuillermoz, Livraria Bertand, Lisboa.
Chant et Musique dans le Culte Chrétien, J. Gelineau, Editions Fleurus, 1962, Colec. Kinnor.

A «Instrução Geral do Missal Romano»

Nos «Encontros» de pastoral litúrgica, que o Secretariado Nacional de Liturgia vem organizando, ou nos cursos de formação litúrgica, promovidos pelas comunidades locais, sempre que se trate da celebração da Missa, é ponto assente partir da Instrução Geral do Missal ou a ela referir-se. Pode afirmar-se, sem exagero, que se trata de um texto-base, não só para a celebração, mas para a própria catequese sobre a Missa.

E contudo, por vezes, tem-se a impressão de que este documento não é suficientemente conhecido, ou não tem sido suficientemente maneado, mesmo por aqueles que desempenham papel fundamental na celebração da Eucaristia ou que têm responsabilidades na catequese litúrgica.

Será que ele ficou limitado aos clérigos e aos iniciados? É verdade que, por exemplo, a revista «Ora et labora» o divulgou, em tradução portuguesa, acompanhada de notas e comentários da autoria de Dom Tomás Gonçalves (Ora et labora, 16 (1969) pp. 261-382). Mas devemos acrescentar que o texto talvez mais disponível — o que vem no *Ordinário da Missa*, que se encontra em todas as igrejas — está em latim!

Passados quase 10 anos sobre a publicação deste documento, na Páscoa de 1969, parece-nos ainda oportuno relê-lo (ou lê-lo, pela primeira vez!) a fim de nos darmos conta da riqueza que ele encerra e do auxílio que nos pode prestar.

Nos últimos anos, com certa frequência, as Conferências Episcopais têm exortado os responsáveis pela pastoral litúrgica, sobretudo os sacerdotes, a estudarem a Instrução do Missal. Baste recordar, por exemplo, as palavras dos Bispos flamengos: «Convidamos os pastores e os que com eles preparam a celebração eucarística... a estudar de novo o *Ordo Missae* e a *Introdução ao Missal*, a fim de se compenetrarem da grande riqueza de orações que lhes é apresentada. Estamos convencidos de que, desse modo, conhecerão melhor a Eucaristia e a sua estrutura e descobrirão muitas coisas que os poderão inspirar na pastoral litúrgica da Eucaristia» (*Notitiae*, 12 (1976) pp. 201-202). Este convite dirige-se também a nós.

Ainda muito recentemente, a «Instrução pastoral» do nosso Episcopado sobre o Domingo e a sua celebração, ao tratar da Eucaristia, apela, frequentes vezes, para os princípios e normas da Instrução Geral do Missal: é também uma maneira indirecta de nos convidar a conhecer este documento.

Que é a Instrução Geral do Missal (IGMR)?

É o documento que serve de introdução ao Ordinário da Missa e ao Missal, e onde estão expostos sistematicamente os princípios e as normas que devem orientar a celebração da Missa. Por estarmos acostumados a não prestar grande atenção ao conjunto de documentos que encontrávamos nas primeiras páginas do Missal (as *Rubricas gerais*, as *Additiones*, o *Ritus servandus*, etc.), há perigo de olharmos com o mesmo desinteresse para esta Introdução.

Ora, trata-se de textos totalmente diferentes uns dos outros. A Instrução do novo Missal, que excede, em muito, o âmbito de uma mera introdução, caracteriza-se por ser, ao mesmo tempo, um documento doutrinal, pastoral e rubrical. É essa a sua novidade, em relação aos textos anteriores.

Não é certamente um tratado de teologia eucarística, mas também não é um código da regras e rubricas, em ordem à execução meticulosa de um ritual. Enunciados, em linguagem acessível, os princípios fundamentais acerca da Eucaristia e do seu lugar na vida da comunidade cristã, a Instrução expõe e descreve a estrutura geral da Missa, indicando depois como se há-de realizar essa acção sagrada. Porque, ao celebrar a Missa, mais do que cumprir com um rito, a Igreja realiza uma acção viva, que é obra de Cristo e da comunidade.

Nesta perspectiva, a Instrução não se contenta com descrever um ritual objectivamente muito belo, mas deseja preparar cada comunidade a celebrar o Mistério Eucarístico, o melhor possível, dentro do seu condicionalismo e com os meios de que dispõe.

Como se apresenta a Instrução

Na sua versão definitiva, a IGMR consta de um proémio e de oito capítulos.

Explicitamos versão *definitiva*, porque, inicialmente, a Instrução começava pelo capítulo I, sem proémio: assim foi publicada, juntamente

com o *Ordo Missae*, em Abril de 1969. É esta 1.^a edição que acompanha a versão portuguesa oficial do Ordinário da Missa.

Dado que certos ambientes levantaram dificuldades a este texto, chegando algumas pessoas a afirmar que a doutrina sobre a Eucaristia não estava nele suficientemente clara, a Congregação do Culto Divino decidiu retocar alguns artigos e acrescentou uma introdução, a que deu o nome de «Proémio». Fê-lo, não porque o texto primitivo contivesse erros — assim o declara expressamente — mas para clarificar melhor a formulação de certos princípios e para evitar que algumas expressões pudessem dar lugar a interpretações ambíguas. Entre os números retocados, sobressaem, por exemplo, o 7, o 48, o 55... (Ver o conjunto das modificações em: T. Gonçalves, *Alterações ou emendas introduzidas na «Institutio Generalis Missalis Romani, ORA et LABORA 17 (1971) pp. 17-32).*

O texto assim retocado apareceu, pela primeira vez, na 1.^a edição típica do novo *Missal Romanum*, em Março de 1970 (1).

O *Proémio*, depois de lembrar a história do Missal, especialmente a do período que medeia entre Trento e o Vaticano II, justifica as modificações introduzidas no rito da Missa e mostra que, tanto o Missal anterior, como o novo, são fiéis à doutrina da Igreja.

Para não perturbar a numeração estabelecida no texto primitivo da Instrução, o *Proémio* tem numeração própria (15 números). Desse modo, o Capítulo I, quer na versão primitiva, quer na segunda, começa sempre pelo n.º 1.

O cap. I — *Importância e dignidade da celebração eucarística* — apresenta uma síntese doutrinal, baseada nas afirmações fundamentais e características da Constituição litúrgica. É necessário que antes de falar da celebração, se diga que coisa se celebra e por que razão se celebra. De assinalar, o conceito de Missa que nos é dado logo no n.º 1: acção de Cristo e do Povo de Deus jerarquicamente organizado; centro da vida cristã; ponto de encontro entre Deus e os homens, por meio de Jesus Cristo; presença sempre actual dos mistérios da Redenção; ponto de partida e de chegada de todas as acções da Igreja...

O cap. II descreve a *estrutura geral* da Missa e explicita os seus vários *elementos*: textos, cânticos, gestos, atitudes... Não é uma enumeração ou simples descrição dessas partes ou elementos. É antes uma apresentação fundamentada do que se diz e faz na celebração: o sentido de tal gesto, a razão de ser de tal rito, o ritmo interno de tal acção...

O cap. III, ao tratar dos *ofícios e ministérios na Missa*, expõe, em linhas simples, a doutrina sobre os ministérios. A gradação, ao apre-

sentar o tema, é já por si significativa: Ofícios e ministérios da Ordem sacra — Ofício e função do Povo de Deus — Ministérios especiais. O Povo de Deus tem uma função, a desempenhar, que é mais do que «assistir à Missa»: os fiéis constituem a nação santa, o sacerdócio régio, congregado para dar graças a Deus e oferecer a hóstia imaculada» (. 62)

O cap. IV é predominantemente prático, na linha do que poderíamos classificar de rubrical: *diversas formas de celebração da Missa*. Também aqui — no campo das rubricas — existe um espírito que vivifica a letra. Uma das características deste capítulo é a sua *maleabilidade*.

Não faltam certamente na IGMR as normas de carácter rubrical. Mas elas não assumem as proporções nem a importância que tinham nos documentos anteriores. Sobretudo, são sempre consideradas em função da comunidade viva e concreta que celebra. Deixam de existir as rubricas no sentido clássico, que eram olhadas como algo que devia ser cumprido na sua materialidade: como lá estavam e porque lá estavam. Continuam de facto a existir normas orientadoras, que os responsáveis pela celebração hão-de ter em conta, para que os ministros e a comunidade celebrem melhor a acção litúrgica.

O cap. V trata da *disposição e ornato das igrejas* para a celebração da Eucaristia: o presbitério, o altar, a presidência, o ambão, o lugar dos fiéis, o sacrário, as imagens... É a explicitação de temas tratados na Constituição litúrgica, e aqui assumidos em função da celebração da Eucaristia, centro da vida da Igreja. De notar, a preocupação de fundamentar doutrinalmente estes aspectos que podem parecer secundários, mas que, na sua concretização, reflectem uma concepção doutrinal. Para a celebração digna e participada, não são indiferentes, por exemplo, a situação do altar, a colocação dos ministros, a disposição dos lugares da comunidade...

O cap. VI trata das «*coisas*» *requeridas para a celebração*: o pão e o vinho, os utensílios, as vestes... Significativo o n.º 283: a natureza de «sinal» exige que a matéria da celebração eucarística se apresente como alimento autêntico...

Os dois últimos capítulos ocupam-se de matérias afins: o VII aponta os princípios que devem orientar a *escolha dos textos* para a celebração (orações, leituras, cânticos...); o VIII trata das *Missas votivas e de defuntos*. O tema pode parecer menor, mas dele depende, em grande parte, o tom e a qualidade da celebração e, sobretudo, o interesse e o bem espiritual dos fiéis. Por isso, se indica que «o sacerdote, na ordenação da Missa, há-de atender, antes e acima de tudo, ao bem espiritual da

comunidade reunida, mais que aos seus gostos pessoais...» (n. 313). E, tratando da escolha dos textos, se diz que «é conveniente fazê-la, de comum acordo com os ministros... não excluindo os próprios fiéis, na parte que mais directamente lhes diz respeito» (ibid.).

Espírito da Instrução

Ao concluir estas observações, não queremos deixar de sublinhar o espírito novo que anima todo o documento.

Celebrar, deixa de ser uma acção quase maquinal, onde todos os pormenores estavam previstos e regulamentos, para se tornar uma acção viva de uma comunidade viva. Respeitando as normas explicitamente indicadas, e sem cair na anarquia ou arbitrariedade, ainda fica um campo vasto para escolher, adaptar, concretizar.

Lembrámos a maleabilidade no campo das rubricas; referimo-nos à necessidade de adaptação às circunstâncias, à escolha de textos, à melhor organização do espaço... Conhecendo estas possibilidades e sabendo utilizá-las, teremos meio caminho andado para transformar as nossas acções litúrgicas, para fazer delas celebrações sempre renovadas, cada dia.

Como também já acentuámos, o Povo de Deus tem uma função e um ministério a exercer na liturgia. Por isso, celebrar não é acção reservada ao sacerdote-presidente, mas tarefa de toda a comunidade «jerarquicamente organizada» — comunidade celebrante — onde cada um desempenhará o seu ministério específico.

Outro aspecto ainda a sublinhar, é a coerência entre este documento e os outros conciliares. A referência ao Vaticano II, que se lê no frontispício do Missal, mais que um reflexo jurídico, significa uma verdadeira relação vital à acção do Concílio, cujo espírito, presente nesta Instrução, se comunica à celebração litúrgica. Por isso, na IGMR, além das naturais citações da Constituição *Sacrosanctum Concilium*, não faltam também referências a outros documentos conciliares, especialmente à Constituição *Laumen gentium*, sobre a Igreja.

Apontámos sumariamente o conteúdo da IGMR, como ponto de partida para um estudo, que deve ir percorrendo cada uma das secções, ou, pelo menos, cada uma das partes da celebração, iluminado-as com os princípios doutrinais expostos nos primeiros capítulos.

Esse estudo facilitará o contacto com a Instrução e fará descobrir a função pedagógica deste documento, guia necessário na celebração da Eucaristia.

P. ROMANO

Para a solenidade da Assunção da Virgem Santa Maria

Salmo responsorial

(Missa do Dia)

M. Luís

Refrão

Ben-di-ta sois, o Vir-gem Ma-ri-a,
na gló-ria do vos-so Fi-lho.

Salmo

À vossa direita está a ra-i-nha, ornada com o ouro de O-fir.

A vossa direita está a rainha,
ornada com o ouro de Ofir. *Refrão*

Ouve, minha filha, vê e presta atenção,
esquece o teu povo e a casa de teu pai. *Refrão*

Com a tua beleza se encatará o rei,
ele é o teu senhor, inclina-te diante dele. *Refrão*
Suas companheiras são trazidas no meio de grande alegria
e entram no plácio real. *Refrão*

Hino

M. Luís

A Vir-gem Ma-ri-a Foi er-gui-da aos céus. Os An-jos can-
ta-ram Ex-cel-sa a-le-gri-a, Lou-vo-res a Deus, Lou-vo-res a Deus.

REFRÃO
(Facultativo) in-côm-pa-rá-vel a-le-gri-a! A
Vir-gem Ma-ri-a, Mãe de Deus, Em cor-po e al-ma Foi er-
gui-da aos céus! Foi er-gui-da aos céus!

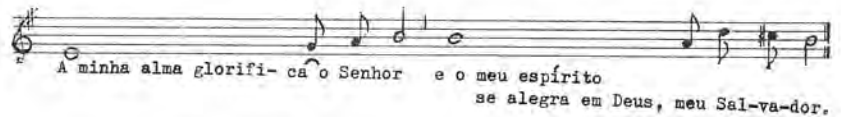
- | | |
|---|--|
| 1. Na mansão eterna
Fostes recebida,
Do trono celeste
De onde Deus governa
Joia preferida. | 2. Predilecta filha
És do Criador;
De entre as criaturas
És a maravilha,
Mãe do Redentor! |
| 3. Por Ti nos foi dada
A divina paz;
Santíssimo fruto,
— Árvore...sagrada —
Maternal nos dás. | 4. Glória por Ti seja
A Trindade Santa!
Nos céus e na terra
Toda a santa Igreja
Teus louvores canta. |

Antífona e «Magnificat»

M. Luís



Cântico evangélico (Magnificat)



Porque pôs os olhos na humildade da sua serva:
de hoje em diante me chamarão bem-aventurada
todas as gerações.

O Todo-Poderoso fez em mim maravilhas:
Santo é o seu nome.

O seu amor se estende de geração em geração
sobre aqueles que O temem.

Manifestou o poder de seu braço
e dispersou os soberbos.

Derrubou os poderosos do seu trono
e exaltou os humildes.

Aos famintos encheu de bens
e aos ricos despediu de mãos vazias.

Acolheu a Israel, seu servo,
lembrado da sua misericórdia,
como tinha prometido a nossos pais,
a Abraão e à sua descendência para sempre.

Nota pastoral da Comissão Episcopal de Liturgia sobre a sagrada comunhão e culto do mistério eucarístico fora da Missa

Acaba de ser editado em língua portuguesa o novo ritual da *Sagrada Comunhão e Culto do Mistério Eucarístico fora da Missa*, para uso de todas as dioceses de Portugal.

É mais um dos frutos da renovação operada pelo Concílio Vaticano II, na sequência natural da reforma do Missal Romano e das Instruções «Eucharisticum Mysterium» e «Immensae Caritatis» de Paulo VI.

Poder-se-ia perguntar se este ritual não virá enfraquecer a atenção e interesse pelo fundamental: a celebração da Eucaristia.

De facto, toda a renovação posconciliar tem procurado orientar os fiéis para o essencial na vida cristã e na liturgia. Mas também é certo que este esforço de renovação nem sempre esteve isento de riscos. Nem sempre houve o cuidado de examinar e renovar um grande número de formas pelas quais os cristãos manifestam a sua fé e a sua pertença à Igreja. Revalorizando e multiplicando o que constitui o próprio coração da liturgia — a celebração eucarística — e desvalorizando, como regra, tudo o resto, não se acaba por banalizar aquilo mesmo que se pretende realçar?

Enganar-se-ia, pois, quem pensasse que este ritual vem enfraquecer a «participação activa, consciente e frutuosa» na celebração eucarística. Da leitura dos Preliminares e do ordenamento das várias celebrações, podemos verificar que, bem ao contrário, estas várias formas de culto são irradiações da Eucaristia, que vêm impregnar a vida dos cristãos e realçar a própria celebração eucarística.

Se a celebração da Eucaristia é o centro de toda a vida cristã e a coroa de toda a liturgia, ela não esgota toda a riqueza de formas cultuais em que podemos acolher o Espírito e aproximar-nos de Deus. Caminhar, prostrar-se, escutar tranquilamente a Palavra, calar-se longamente, cantar salmos e hinos, testemunhar a sua fé, todas estas inumeráveis formas de celebrar e de rezar, sózinho e em conjunto, continuam sendo um mundo por explorar, um tesouro por descobrir (G. J. Gelineau, *Demain la Liturgie*, pág. 19-26).

1. Relação entre o culto eucarístico fora da Missa e a celebração eucarística

O ponto de partida de todo o culto eucarístico é a celebração da Eucaristia — centro de toda a vida cristã, tanto para a Igreja universal como para as comunidades locais (n. 1); a celebração eucarística é a origem e o fim de todo o culto que se presta à Eucaristia, mesmo fora da Missa (n. 2).

Daqui decorrem algumas consequências práticas a ter em conta:

a) Os fiéis devem comungar, sempre que possível, na própria celebração eucarística (n. 14), pois a participação mais perfeita na celebração eucarística é a comunhão sacramental na própria Missa.

b) No altar onde é celebrada a Missa convém que não exista a presença da reserva eucarística de Cristo, uma vez que essa presença é o fruto da consagração, e como tal deve aparecer (n. 6). Em qualquer celebração eucarística deve consagrar-se pão recente para a comunhão dos fiéis (n. 13), renovar-se frequentemente e conservar-se o suficiente para a comunhão, fora da Missa, dos doentes e de outros fiéis (n. 7).

c) Na própria exposição do Santíssimo deve transparecer a sua relação com a Missa. No adorno da exposição deve evitar-se tudo aquilo que de algum modo possa obscurecer o desejo de Cristo que instituiu a Eucaristia para estar à nossa disposição como alimento (n. 82). A celebração do mistério eucarístico inclui, de modo mais perfeito, aquela comunhão íntima à qual a exposição procura conduzir os fiéis. Por isso e pelas razões aduzidas no n. 6, é proibida a celebração da Missa diante do Santíssimo exposto (n. 83); não se deverão acender mais velas na exposição do que na Missa (n. 85), e deve genuflectir-se só com um joelho (n. 84).

d) Também na organização dos congressos eucarísticos, a celebração da Eucaristia deverá ser o ponto culminante para onde se dirigem todas as iniciativas e as várias formas de piedade (n. 112).

2. Finalidade da Reserva Eucarística

«O fim primário e primitivo da Reserva eucarística fora da Missa é a administração do viático; os fins secundários são a distribuição da comunhão e a adoração de Nosso Senhor Jesus Cristo presente no Santíssimo Sacramento» (n. 5). Seria bom que a catequese e a pregação insissem neste ponto como o faz nomeadamente o ritual.

Os fiéis que não podem estar presentes na celebração eucarística da comunidade poderão alimentar-se frequentemente da Eucaristia e sentirem-se assim unidos ao mistério pascal de Cristo e à própria comunidade (n. 14).

Os pastores deverão facilitar a comunhão aos enfermos e às pessoas de idade avançada, e mesmo não gravemente doentes, particularmente no tempo pascal (*ibid.*).

O ritual recomenda ainda que as igrejas e oratórios públicos, em que se conserva a Sagrada Eucaristia, estejam abertos todos os dias durante algumas horas e no tempo mais conveniente, para que os fiéis possam mais facilmente orar diante do Santíssimo Sacramento (n. 8).

3. Lugar da Reserva Eucarística

Quanto ao lugar destinado à Sagrada Eucaristia, o novo ritual recomenda que seja digno e ao mesmo tempo apto para a adoração e oração privada (n. 9).

A Sagrada Eucaristia deve ser guardada num tabernáculo sólido, não transparente e inviolável, colocado sobre um altar ou em sítio verdadeiramente digno e adornado (n. 10) e, se possível, pelo menos nas igrejas de grande movimento, numa capela separada da nave central (n. 9).

A presença da Sagrada Eucaristia no tabernáculo deve ser indicada por um véu ou de outra maneira conveniente, determinada pela autoridade respectiva e, junto do sacrário, deve arder uma lâmpada, alimentada com azeite ou cera (n. 11).

4. Ministro da Sagrada Comunhão e da Exposição do Santíssimo

O ministro ordinário da sagrada comunhão e da exposição da Santíssima Eucaristia é o sacerdote ou diácono.

Porém, na sua ausência ou impedimento, podem dar a comunhão e fazer a exposição como ministros extraordinários:

a) O acólito devidamente instituído e o ministro extraordinário da comunhão a quem o bispo tenha dado tal faculdade;

b) No caso da exposição, poderá ainda ser designado pelo ordinário do lugar algum membro das comunidades religiosas e das associações piedosas laicais, quer de homens quer de mulheres, que se consagrem à adoração da Eucaristia.

Todos estes ministros extraordinários podem expor o Santíssimo ou abrindo o sacrário, ou depondo a píxide sobre o altar, ou colocando a hóstia na custódia, e repô-lo depois no tabernáculo; mas não lhes é permitido dar a bênção (nn. 17 e 91).

5. A comunhão fora da Missa e as várias formas de culto da Santíssima Eucaristia

O Capítulo I do ritual diz respeito à sagrada comunhão fora da Missa, compreendendo os respectivos Preliminares e celebrações. Para a distribuição da comunhão fora da Missa estão previstos dois ritos: um com uma celebração mais longa da Palavra de Deus e outro com uma celebração breve.

A primeira forma deve empregar-se quando não há celebração da Missa e se distribui a comunhão a horas previamente estabelecidas, de modo a que os fiéis se alimentem também da mesa da Palavra de Deus (n. 26). A segunda forma emprega-se quando as circunstâncias aconselham a não usar a forma mais longa, sobretudo quando comunham poucas pessoas e não pode fazer-se uma verdadeira celebração comunitária.

O Capítulo II é dedicado à «Comunhão e Viático levado aos doentes por um ministro extraordinário». O sacerdote e o diácono administram a sagrada comunhão e o viático aos doentes segundo o ritual da *Unção e Pastoral dos Doentes*.

Este capítulo tinha já sido inserido como Capítulo II na edição portuguesa do ritual da *Unção* devido à necessidade que se fazia sentir de os ministros extraordinários terem em mãos os seus ritos próprios.

Àqueles que não podem receber a sagrada comunhão sob a espécie de pão é permitido administrá-la apenas sob a espécie de vinho, devendo observar-se com exactidão as normas contidas na Instrução *Sacramentali Communione*, de 29 de Junho de 1970 (cf. nn. 21 e 25).

Entre as várias formas de culto da Santíssima Eucaristia, o Capítulo III do novo ritual prevê o rito da exposição e bênção eucarística, as procissões eucarísticas e os congressos eucarísticos.

A conservação das sagradas espécies, que desde sempre se fez por causa dos enfermos, deu origem ao louvável costume de adorar este alimento do céu. E este culto de adoração funda-se em razões válidas e seguras (n. 5).

Porém, na maneira de ordenar estes exercícios de piedade, tenham-se em conta os tempos litúrgicos, de modo a que se conforme com a sagrada liturgia, de algum modo dela derivem e a ela encaminhem o Povo de Deus (n. 79; cf. SC 13).

Durante a *exposição eucarística* poderá fazer-se uma celebração da Palavra, podendo também celebrar-se uma parte da Liturgia das Horas, sobretudo as Horas principais (nn. 95-96). De facto, assim como as várias formas de culto eucarístico têm a sua origem na celebração do mistério eucarístico, assim também a Liturgia das Horas prolonga pelas várias horas do dia os louvores e acções de graças que a Deus são dadas na celebração da Eucaristia (n. 96; cf. IGLH 12).

As procissões em que a Eucaristia é levada solenemente pelas ruas com cânticos, são uma outra forma de o povo cristão dar testemunho público de fé e de piedade para com o Santíssimo Sacramento.

Compete, entretanto, ao Ordinário do lugar pronunciar-se acerca da oportunidade e ordenação destas procissões, de modo que se realizem com a devida dignidade (n. 101).

Os *congressos eucarísticos* deverão ser considerados como uma grande assembleia para a qual uma comunidade convida toda a Igreja local, ou uma Igreja local convida as outras Igrejas duma região ou nação, ou até o mundo inteiro, a fim de, em conjunto, reconhecerem mais profundamente o mistério da Eucaristia sob algum aspecto, e lhe prestarem um culto público na caridade e união (n. 109).

Na organização do congresso devem ter-se em conta, entre outros, os seguintes objectivos: uma catequese mais aprofundada àcerca da Eucaristia; uma participação mais activa na sagrada liturgia; a promoção humana e justa comunhão de bens, a exemplo da primitiva comunidade cristã, e que a celebração da Eucaristia seja verdadeiramente o centro e o ponto culminante para onde se devem dirigir todas as iniciativas e as várias formas de piedade (n. 111).



O novo ritual apresenta ainda no Capítulo IV uma antologia de *textos vários para a comunhão fora da Missa e para a adoração e procissão do Santíssimo Sacramento*. Esta colectânea compreende:

1. Leituras bíblicas do Antigo e do Novo Testamento, salmos responsoriais e aclamações;
2. Cânticos: hinos em português, antifonas e responsórios, e dois hinos em latim.

Alguns destes cânticos em português já foram musicados e outros aguardam que os compositores de música litúrgica lhes dediquem um pouco de tempo e de atenção.

Os vários formulários de oração bem como as leituras breves da Palavra de Deus vêm inseridas nas respectivas celebrações, o que facilita a sua escolha de acordo com as várias circunstâncias. Mas podem também ser usadas noutras celebrações ou na oração pessoal.

Dentro em breve, será também editada uma separata para uso dos ministros extraordinários da comunhão, contendo o rito da instituição do ministro extraordinário, o capítulo II deste ritual, e uma introdução com alguns pontos de doutrina e de orientação pastoral relacionados com este ministério.

Este ritual, por determinação da Conferência Episcopal Portuguesa, entra obrigatoriamente em uso em todas as dioceses de Portugal na festa do Santíssimo Corpo de Deus, que ocorre no próximo dia 25 de Maio do presente ano.

Cremos que este novo ritual é mais um dos frutos da passagem do Espírito Santo pela sua Igreja e um instrumento adequado para a construção de comunidades verdadeiramente eucarísticas.

Coimbra, 5 de Maio de 1978.

NOTICIÁRIO

IV ENCONTRO EUROPEU DE LITURGIA

Realizou-se em Salzburgo, de 16 a 19 de Maio passado, o IV Encontro Europeu dos Secretários Nacionais de Liturgia. Participaram nele os secretários nacionais de 25 países da Europa Ocidental e Oriental, entre os quais Portugal. É de referir, como nota curiosa, que a Espanha e a Grécia estiveram presentes pela primeira vez, e que a Holanda e a Dinamarca foram representadas mais uma vez por dois leigos.

O encontro foi devidamente preparado com um inquérito que pretendia verificar qual era a situação de cada país em relação à liturgia considerada como encontro pessoal e comunitário dos crentes com Deus. Este inquérito procurava saber se os crentes, como pessoas e como comunidade, se encontravam efectivamente com Deus nas celebrações litúrgicas; como era compreendido este problema pelos padres e pelos fiéis; se existia descontentamento em determinados grupos sociais ou em certas classes etárias; em caso afirmativo, se este descontentamento tinha por objecto mais particularmente algum ponto determinado como a língua litúrgica, a simplificação ou o empobrecimento dos ritos, a qualidade da música litúrgica, a distância entre a celebração e a vida quotidiana; que razões poderiam explicar a situação criada: falta de formação dos padres, ignorância litúrgica dos leigos, má apresentação da nova liturgia ou, pelo contrário, iniciativas selvagens dos responsáveis, falta de cultura bíblica, falta de criatividade ou outras causas. Naturalmente, perguntava-se, no fim, que poderia fazer um secretariado nacional perante a situação existente.

Este inquérito foi apresentado em Salzburgo pelo P. Niels Rasmussen (Dinamarca) e mostrou que, apesar da grande diversidade de situações no plano social, económico e cultural, as comunidades cristãs da Europa sofrem de uma falta grave de formação litúrgica e doutrinal por parte tanto dos padres como dos animadores das celebrações.

Isto explica, em boa parte, o conservadorismo de uns (mera execução material dos ritos litúrgicos) e as iniciativas irreflectidas de outros. Há efectivamente abusos não só quando se ultrapassam as orientações litúrgicas de hoje, mas também quando se despreza a animação da liturgia pedida, de modo expresso, pela reforma conciliar.

O Professor Balthasar Fisher, de Trêves (Alemanha), que desempenhou grande papel na reflexão litúrgica do Vaticano II e na reforma que se lhe seguiu, fez uma documentada exposição sobre «a interiorização da liturgia», ou seja, sobre o significado da liturgia como encontro com Deus no seio da assembleia dos crentes que celebram.

Como convidados, participaram também neste encontro europeu Mons. Marini, membro da Congregação dos Sacramentos e do Culto Divino, e o Dr. Ivo Fűrér, secretário das Conferências Episcopais Europeias.

Mons. Marini disse do bom acolhimento da temática deste encontro por parte da Congregação, acentuou a necessidade de uma colaboração mais íntima entre a Congregação e as Conferências Episcopais, e apresentou uma síntese das realizações em curso e em projecto na Congregação, entre as quais o 5.^o volume da Liturgia das Horas com outras leituras patrísticas, o Cerimonial dos Bispos e o Ritual Romano.

No último dia, fez-se a eleição do novo *bureau* permanente destes encontros europeus, que ficou assim constituído. André Haquin (Bélgica), presidente e representante do grupo de língua francesa; Renée Moineau, secretária; Anthony Boylan (Inglaterra), representante do grupo de língua inglesa; Evert de Jong (Holanda), representante do grupo de língua alemã; Niels Rasmussen (Dinamarca), representante da Europa do Norte; e Aníbal Ramos (Portugal), representante da Europa do Sul.

Os secretários nacionais europeus propuseram-se utilizar diversos meios de formação litúrgica para os padres e os animadores das celebrações, reconhecendo que, sem este esforço, não será ultrapassado certo mal-estar generalizado que, apesar da participação das assembleias ser cada vez mais activa e consciente, se verifica no domínio da liturgia.

IV ENCONTRO NACIONAL DE PASTORAL LITÚRGICA OS MINISTÉRIOS NA CELEBRAÇÃO LITÚRGICA

Temática

Destina-se este encontro nacional a todos os cristãos que estão interessados na animação das celebrações litúrgicas, e apresenta os seguintes temas:

1. *Fundamentação teológica dos ministérios na vida da Igreja*
pelo P. Dr. Manuel Madureira Dias

2. *Os ministérios na liturgia*
pelo P. José Ferreira
3. *A música na liturgia a partir do Vaticano II*
pelo P. Dr. Manuel Luís
4. *Os vários ministros da música na liturgia*
pelo P. Dr. A. Ferreira dos Santos
5. *Os principais ministros da celebração*
painel orientado pelo Padres José Ferreira, Luís Ribeiro, José de Leão Cordeiro, Manuel Luís e A. Ferreira dos Santos.

Condições de inscrição

Local — Casa de Nossa Senhora do Carmo — Santuário de Fátima

Data — De 18 de Setembro (à 21 horas) até ao dia 22 (ao meio dia)

Inscrição — A inscrição deverá fazer-se no Secretariado Nacional de Liturgia — Seminário de Aveiro — Aveiro, (Telf. 22172) até ao dia 5 de Setembro.

Condições — Cada participante contribuirá com 250\$00 para a inscrição. Sendo casal, o contributo da inscrição será de 250\$00 para os dois.

Se precisar de se hospedar durante os quatro dias e se esta hospedagem ficar a cargo da organização, satisfará esta inscrição e poderá optar pelas seguintes modalidades:

hospedagem completa com quarto individual (número limitado)	1 000\$00
hospedagem completa com quarto de duas camas	800\$00
hospedagem completa com quarto entre três a sete camas	500\$00
só refeições nos quatro dias	500\$00

Dadas as dificuldades em arranjar quartos para todos os possíveis participantes deste Encontro Nacional, e desejando resolver este problema para os mais necessitados, muito agradece o Secretariado que os participantes tentem conseguir pessoalmente onde possam pernoitar em Fátima.

Aveiro, 13 de Junho de 1978

O Secretariado Nacional de Liturgia

ENCONTROS DIOCESANOS DE PASTORAL LITÚRGICA

Em resultado do último encontro nacional e com a colaboração activa do Secretariado Nacional, projectaram-se encontros diocesanos de pastoral litúrgica em várias dioceses.

Os dois primeiros foram efectuados em Santarém e Coimbra no final de 1977, com 130 e 230 participantes, respectivamente.

Tanto num como noutro encontro diocesano, notou-se interesse, participação, reconhecimento da falta generalizada de educação musical e de formação litúrgica, desejo de desdobrar o encontro a nível regional e boa vontade na concretização das exigências da celebração eucarística.

O Secretariado Nacional está consciente da importância destes encontros diocesanos e propõe-se continuar a prestar-lhes a sua colaboração. Oxalá que os Secretariados Diocesanos de Liturgia reconheçam igualmente a urgência de utilizarem este meio de formação litúrgica que poderá atingir simultaneamente os padres, os religiosos e os leigos.

NOVAS ORAÇÕES EUCARÍSTICAS

Nos últimos tempos, foram comunicadas às Conferências Episcopais várias deliberações da Congregação dos Sacramentos e do Culto Divino, quer para prorrogar a autorização de utilizar certas Orações Eucarísticas, quer para autorizar o uso de novos textos.

Assim, a 10 de 1977 (Prot. C. D. 2250/77 — NOTITIAE, 1977, pp. 555-556), foi autorizado para um novo período de três anos, isto é, até ao fim de 1980, o uso das três Orações Eucarísticas das Missas com crianças e duas outras para as Missas da reconciliação.

A Santa Sé recorda as circunstâncias em que podem ser utilizadas estas Orações Eucarísticas:

a) O uso duma das três Orações Eucarísticas das Missas com crianças é reservado às Missas que são celebradas somente para as crianças, ou àquelas em que as crianças constituem a maioria dos participantes.

b) As Orações Eucarísticas «da reconciliação» podem ser utilizadas nas celebrações particulares sobre temas da reconciliação e da penitência, sobretudo na Quaresma, e por ocasião das peregrinações ou dos retiros espirituais.

Em Portugal, podemos, pois, dispor de nove Orações Eucarísticas: quatro do Missal Romano, três para Missas com crianças e duas para a reconciliação.

CORREIO DOS LEITORES

Ao iniciar esta secção pretende o Boletim estabelecer um diálogo aberto e permanente com os seus leitores.

Não será, decerto, possível reproduzir todas as perguntas nem solucionar todos os problemas que nos são dirigidos. Limites de espaço e porventura questões de critério poderão condicionar a dimensão do acolhimento, mas não faltará nunca boa vontade nem desejo de estreitar laços com os leitores que nos queiram honrar com a apresentação das suas críticas, sugestões e desejos.

Críticas

● «Todos os números publicados até à data são muito válidos, e é pena que o clero não tenha conhecimento dos assuntos ali tratados. O último fascículo 7-8 é até precioso pela doutrina exposta sobre as várias partes da Missa e por apontar os erros que com muita frequência se cometem em todo o Portugal».

● «É rico de conteúdo doutrinário o Boletim, mas todo e qualquer número deveria trazer músicas como o antepenúltimo e os outros. De resto, têm vindo músicas, direi melhor, melodias de rico sabor litúrgico e não melodias-pop, jazz, serenata, baile ou arraial. Porque parou a publicação de melodias?».

● «Tem matéria para profundas reflexões a nível pessoal e de grupo».

● O Boletim «não me vem satisfazendo quanto à ajuda concreta que os párocos podem esperar quanto à pastoral litúrgica. Penso, além disso, que estamos em Portugal a cair num erro grave: a proliferação independente de publicações pastorais de fraca qualidade. Cito a propósito: uma «Lumen» cada vez pior, um «Laikos» para elites e o vosso Boletim, no meu entender, bastante teórico e desincarnado. Seria utópico pensar numa única revista pastoral de qualidade, com a colaboração do que temos de melhor em Portugal, com várias secções de especialidade e com vantagens para algibeiras mais modestas? Ou haverá mesmo a preocupação inversa de sustentar publicações e colaboradores medíocres sem intenção pastoral?»



● Não somos insensíveis às apreciações favoráveis e às palavras de louvor. Agradecemos-las sinceramente e aí as reproduzimos em homenagem aos nossos dedicados e competentes colaboradores.

● O último número do Boletim que inclui o relato e quase todos os trabalhos do III Encontro Nacional, foi muito bem acolhido e mereceu referências elogiosas de várias pessoas, além das que acima se transcrevem.

Oxalá proporcione «profundas reflexões a nível pessoal e de grupo», já que tem matéria para tal.

● Como se pode ver neste número, não parou a publicação de músicas litúrgicas. Aproveitamos até a oportunidade desta crítica para informar que numa das suas últimas reuniões mensais o Secretariado deliberou ampliar a secção musical e juntar a cada número um *suplemento musical* independente e de formato maior. Supomos que tal projecto é a melhor resposta ao reparo que se nos fez.

● A última crítica diz que o Boletim não satisfaz na «ajuda concreta» que os párocos esperam. Pois não é difícil reconhecê-lo e duplamente: 1 — porque, sendo um boletim, não poderá ultrapassar os limites duma publicação deste género; 2 — porque «a ajuda concreta» que aponta o pároco em questão, supõe uma revista que de certo modo não existe no nosso meio restrito e deveria existir. Fundir numa só as poucas revistas existentes e apreciadas sumariamente nesta crítica é uma aspiração louvável mas pouco realista.

Quanto ao nosso Boletim pretendemos que seja mais informativo nas notícias que fornece, mais pastoral nas reflexões que sugere e nas experiências que transmite, mais litúrgico no conteúdo que apresenta e no espírito que o deve animar da primeira à última página.